

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

A reprogramação do PMP 2001/2004 e o Plano e Orçamento em análise e discussão, no que às pescas diz respeito, merecem ser apreciados e sobre ambos tecidas algumas considerações, interligadas com números relativos ao sector nos últimos anos, perspectivas de desenvolvimento e a tipificação de apostas presentes e futuras.

Constata-se, em primeiro lugar e este é um pormenor que é justo salientarse, a preocupação criteriosa de infra-estruturação equilibrada entre ilhas e em cada uma de per si.

De Sta. Maria ao Corvo, este e o anterior governos, têm implementado e executado acções de construção de novos portos de pesca e melhoramento ou modernização dos existentes, no sentido de todos serem equipados com casas de aprestos e guinchos, gruas ou travel lifts, infra-estruturas essenciais à melhoria das condições para o exercício da actividade, salvaguarda e conservação dos apetrechos de pesca e de operacionalidade e segurança nos actos de arriagem e varagem das embarcações.

Quer o PMP 2001/4 reprogramado, quer o Plano para 2003, mantêm-se nessa linha de rumo, perseguem o objectivo último de equipar todos os principais e muitos dos pequenos portos de cada ilha passando a ser parte integrante obrigatória das suas infra-estruturas básicas, casas de aprestos e

grua. É, de facto, uma alteração qualitativa, é entrar-se numa fase nova para o sector.

Em paralelo, vão-se reparando ou instalando máquinas de gelo ou redes de frio, no sentido de completar um circuito em terra, de apoio e valorização ao que se pesca no mar.

Em S. Miguel, os portos de Ribeira Quente e Rabo de Peixe, significam uma séria e forte aposta na valorização das comunidades piscatórias e dos respectivos concelhos, em diferentes valências.

Em Rabo de Peixe, salta à evidência um conjunto de factores contributivos para o desenvolvimento e progresso da população local, de novas e saudáveis alternativas para os tempos livres das camadas mais jovens, que a qualidade e os espaços do novo porto propiciam, estando em prática actividades náuticas para crianças e perfilando-se no imediato, a hipótese de activação de um clube naval.

Na Ribeira Quente é óbvio que o porto, para além de alterações significativas na qualidade da frota local que se têm verificado, (estimulados os armadores pelas condições que o porto oferece), a área abrangente, o travel-lift ali instalado e a oficina de reparação, permitem a deslocação para reparação de embarcações de outros portos e contribui, objectivamente, para o progresso da freguesia.

As infra-estruturas projectadas, as obras que decorrem no saco da Doca de Ponta Delgada, a construção do edifício da Lota, a correcção e reforço das máquinas para fornecimento de gelo às embarcações e as casas de aprestos a construir, são mais um sinal de modernidade, tornam mais atraente e simpática a zona envolvente do castelo, melhoram e dignificam o sector da pesca.

Na ilha Terceira, as obras de reforço da protecção do porto de pescas da Praia da Vitória, a construção da oficina de reparação naval, aliada às infra-estruturas já existentes para a construção e reparação naval de maior escala e as obras do porto dos Biscoitos, são igualmente apostas fortes e de confiança no futuro do sector.

Em todas as ilhas estão previstas obras e instalação de equipamentos de diversa natureza, tendo em vista pôr à disposição dos profissionais da pesca, meios que lhes permitam de forma cada vez melhor exercerem a sua actividade.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Durante os anos de 2001 e 2002 foram concedidos apoios à construção, reconstrução e modernização de 142 embarcações. Para 2003, prevê-se o apoio para 150.

Aliadas aos fundos comunitários, não são cerceadas ou constrangidas as possibilidades de financiamentos para novas construções, e a rubrica 6.1 Frota, considerando a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresenta valores muito próximos dos de 2002.

Nessa medida, é possível e é necessário aumentar o número de candidaturas à construção de novas embarcações.

Quanto a este aspecto, renovamos o nosso entendimento de que se exigem acções de esclarecimento, formação, informação e ajuda aos potenciais candidatos, pela estrutura técnico-administrativa da tutela.

A selectividade das candidaturas de profissionais com referências promissoras seria também de ter em conta.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Como se sabe, o ano de 2002 tem sido para as pescas um ano de lutas, de constantes acções e esforços de diversa natureza, mas com a defesa do sector nas suas vertentes de recursos, zona económica exclusiva (ainda que com probabilidade de novas definições e áreas mais limitadas), como preocupação central sem excluir as vertentes social, económica e histórico-cultural.

No sentido de corrigir e mesmo anular medidas constantes da PCP, foram desenvolvidos intensos contactos com as estruturas comunitárias em Bruxelas, aproveitada a deslocação à Região da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu e a recente visita de Franz Fischler a Portugal, muito provavelmente realizada como reflexo directo daqueles contactos.

Porém, as dúvidas e preocupações em matéria de Política Comum de Pescas vão permanecer pelo menos até finais deste mês, embora, relativamente ao inicialmente proposto, tenham havido significativas mas ainda não satisfatórias evoluções, no que concerne aos interesses da Região. Aliás, este é um assunto, no seguimento do esforço colectivo até aqui manifestado, que nos deve manter permanentemente alertados para eventuais acções de defesa de uma causa que nos é tão cara.

Assim, admite-se que o impacto das medidas constantes da Política Comum de Pescas, tenha tido efeitos menos positivos, provocando alguma retracção no sector, quer na classe piscatória quer nos compradores.

No que respeita à comercialização e primeira venda em lota, reconhecendo-se que o desaparecimento do bloco de leste e a guerra do Golfo, no princípio dos anos 90, provocaram uma acentuada baixa nos preços médios da primeira venda em lota da maioria das espécies, com reflexos directos e imediatos no rendimento dos profissionais da pesca, e a desejada recuperação tem sido lenta e descontínua.



O ano de 2002 comparativamente ao ano de 2001 apresenta, nos Açores, alguns sinais animadores quer nas quantidades capturadas quer nos valores médios de venda em lota.

Estes indicadores poderão reanimar o sector das pescas, recuperando níveis de confiança fundamentais para uma maior estabilidade e a melhoria de proventos. Esperamos que assim seja.

Queremos e teremos de continuar a defender o caracter duradouro e continuado da actividade da pesca nos Açores, assegurar a sustentabilidade da sua exploração e a estabilidade das actividades desenvolvidas, bem como a continuidade dos apoios previstos para a renovação e modernização da frota.

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Srs. Membros do Governo

Também na área social o Governo Regional assumiu as suas responsabilidades. De acordo com as regras estabelecidas, passa a atribuir uma Compensação Salarial a cada um dos trabalhadores da pesca, para minorar os seus prejuízos em períodos mais prolongados de inactividade por razões de mau estado do tempo ou do mar.

2002 é o primeiro ano da aplicação desse direito, e está previsto no plano também para 2003.



Nos planos da cooperação externa, nomeadamente com os PALOP's, estão criadas rubricas que contemplam acções de cooperação de interesse comum e de que devemos obter resultados produtivos e motivadores à sua continuidade.

Prevalecendo o bom senso, mas também o entusiasmo e a confiança, imprescindíveis para o muito trabalho que se tem pela frente, acreditamos que o sector das pescas continuará a progredir, a melhorar e afirmar-se e que o governo estará na primeira linha ao lado de pescadores e armadores na defesa de tão importante sector da vida económica e social dos Açores. Disse.

Sala das Sessões, Horta, 13 de Novembro de 2002

Discussão do Plano e Orçamento para 2003

Deputado Manuel Campos

Grupo Parlamentar do Partido Socialista